Brasília-DF

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Melhor que nada

A preços de hoje, os parlamentares tendem a aprovar R$ 80 bilhões de extra teto, valor suficiente para garantir o Auxílio Brasil de R$ 600 (programa que deve voltar a se chamar Bolsa Família). E apenas por um ano.

Encantador de serpentes

A esperança dos políticos que atuam na transição é a de que a presença de Lula em Brasília ajude a aumentar o valor e o período. Uma ideia dos petistas é partir da proposta de Tasso Jereissati, que permite a ampliação do teto em R$ 80 bilhões. Assim, partem para a negociação como um piso e se torna mais fácil conseguir mais recursos.

Noves fora...

Lula, porém, terá que descer do palanque para negociar com os congressistas. A frente Parlamentar Evangélica, que se sentiu "perseguida" com as falas de Lula sobre responsabilizar pastores que não apoiarem a vacinação, é maior que qualquer partido. Nesta Legislatura são 112. Na próxima, 136.

Santo de casa...

Para a reforma tributária, petistas estão dispostos a investir na proposta do economista Bernard Appy, que tramita na Câmara como a PEC 45. Appy foi secretario-executivo do Ministério da Fazenda e chegou a assumir o cargo como interino, em 2007.

... não fez milagre

Quando deixou a pasta, depois de ocupar ainda a Secretaria de Política Econômica e a de reformas, foi assessor de Lula para a reforma tributária. À época, porém, seu projeto terminou não sendo encaminhado ao Congresso. A proposta foi apresentada em 2019 pelo atual presidente do MDB, deputado Baleia Rossi (SP).

O "X" do mercado

O mercado colocou esta semana mais um ingrediente na negociação da PEC da Transição, além de prazos e valores do estouro — pontos que já estão criando problemas. A ideia agora é saber de onde vem o dinheiro. Até aqui, todas as declarações de políticos com assento no governo de transição tratam da necessidade de ampliar recursos nas mais diversas áreas, mas não dizem de onde sairão as verbas para fazer frente às despesas.

Entre os economistas está claro que, sem regra fiscal e clareza sobre a evolução das contas públicas, não dá para aprovar no curto prazo tudo o que vem sendo dito pelo futuro governo. Se não houver algo relativo ao financiamento das despesas, as resistências vão crescer. No Congresso, tem muita gente dizendo que é melhor garantir os R$ 600 e pagar esse valor do que incluir outras propostas e não ter recursos para bancar.

CURTIDAS

Sem coincidências/ O PT se prepara para declarar logo o apoio a Arthur Lira (PP-AL) no mesmo dia em que está prevista a apresentação da PEC da Transição. É uma jogada ensaiada, para ver se consegue tirar de cena qualquer cobrança direta do Centrão em favor do Orçamento secreto (emendas de relator), que deve ficar mais transparente em 2023, por obra do Supremo Tribunal Federal (STF) e dos próprios parlamentares.

Acabou, mas continua/ Circula nos grupos de WhatsApp bolsonaristas um aviso de manifestação/paralisação para bloquear a passagem de todos os veículos de carga nas estradas brasileiras em 1º de dezembro, a próxima quinta-feira. Entre as reivindicações, está a "anulação das eleições", "dissolução do STF" e "Lula inelegível". Só tem um probleminha: Lula já está eleito e cabe a quem perdeu se preparar para a próxima eleição, em 2026.

Por falar em manifestações.../ O Exército continua "sentado na Constituição", como relatam alguns generais. O silêncio do presidente Jair Bolsonaro na "Aspirantada 2022" foi lido como um sinal de que não há espaço para manobras de radicais.

A vida é feita de escolhas/ Viralizou nas redes a postagem do senador Marcos do Val (**foto**) reclamando do salário de R$ 33 mil. Do Val reclama que, antes de entrar para a política, recebia em dois dias o que recebe hoje em um mês. Vale lembrar: candidatura e exercício de mandato não são obrigatórios.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press

LAVA-JATO Ex-governador de Minas era acusado de corrupção e lavagem de dinheiro por suposto recebimento de R$ 65 milhões

STF rejeita denúncia contra Aécio

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou a denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o deputado mineiro Aécio Neves (PSDB). O ex-governador de Minas era acusado de corrupção e lavagem de dinheiro por recebimento de propina de R$ 65 milhões no âmbito da Lava-Jato. A decisão foi tomada na sexta-feira.

Todos os ministros seguiram o entendimento do relator do caso, ministro Edson Fachin, que afirmou que a denúncia da PRG não descreveu como o deputado teria usado sua atuação política em favor das empreiteiras Odebrecht e Andrade Gutierrez, especialmente em empreendimentos no Rio Madeira, usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau.

Para o ministro, a denúncia acabou sendo "genérica". "No âmbito da Operação Lava-Jato, a forma mais recorrente de mercancia ilícita de funções públicas atribuídas a parlamentares federais verificou-se na indicação e manutenção de agentes públicos para cargos de direção órgãos públicos, empresas públicas e sociedades de economia mista, em especial na Petrobras S.A., bem como na omissão em relação ao dever de fiscalização dos atos de interesse público", disse Fachin.

A denúncia se refere ao período em que Aécio era governador de Minas Gerais. Segundo o relator, a denúncia "não aponta, dentre as atribuições do cargo de Governador de Estado, quais seriam os atos passíveis de negociação no interesse das sociedades empresárias consorciadas, em especial no contexto dos procedimentos licitatórios das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau".

Em agosto, o próprio procurador-geral da República, Augusto Aras, mudou de posição e defendeu a rejeição apresentada pela PGR. Para ele, a acusação tinha como "elemento probatório central" os depoimentos dos colaboradores Marcelo Odebrecht, Henrique Valladares, Otávio Marques de Azevedo, Rogério Nora de Sá, Flávio Gomes Machado, Flávio David Barra e Maria Clara Chuff Soares.

Com isso, a PGR ponderou, então, que a reforma legislativa operada pelo Pacote Anticrime "introduziu a impossibilidade de que seja recebida a denúncia (ou a queixa-crime) com base exclusivamente nas declarações do colaborador".

Além de Aécio, a denúncia atingia o ex-diretor de Furnas Dimas Fabiano Toledo, o empresário Alexandre Accioly Rocha, o executivo Marcelo Odebrecht e o ex-gerente de Recursos Humanos da Odebrecht Ênio Augusto Pereira Silva. Todos tiveram a acusação rejeitada pela decisão do Supremo.

Defesa

Por meio de nota, a defesa do deputado afirmou que Aécio foi "mais uma vez vítima comprovada" de "acusações baseadas em afirmações mentirosas agora desmascaradas".

"Apesar da importante decisão da Justiça que repõe a verdade, é irrecuperável o dano causado à reputação de pessoas públicas quando se dá ares de veracidade a depoimentos de delatores sem qualquer comprovação, que mentem na busca da absolvição de seus próprios crimes", disse. A nota foi divulgada pelo advogado do deputado, Alberto Zacharias Toron.

Jefferson Rudy/Agência Senado

Mentiras foram desmascaradas, disse defesa de Aécio Neves

Bolsonaro se cala em evento militar

O presidente Jair Bolsonaro (PL) ignorou o vice, Hamilton Mourão (Republicanos), durante um evento na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), ontem, em Resende, no Rio de Janeiro. Ambos acompanharam a cerimônia de entrega de espadas aos aspirantes a oficial da Turma Bicentenário da Independência do Brasil. Este foi o primeiro evento público do qual participou o presidente depois do resultado das eleições presidenciais. No evento, transmitido pela TV Brasil, foi possível ver que Mourão tentou falar com Bolsonaro em dois momentos. No primeiro, o presidente se vira, mas fica calado, e, no segundo, ignora o general, sem olhar para ele. No próximo ano, os dois seguem rumos diferentes. Enquanto o atual chefe do Executivo passará o poder para o presidente eleito em 2022, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Mourão irá para o Senado, cumprir oito anos de mandato, representando o Rio Grande do Sul.

TÉRCIO TEIXEIRA / AFP